

A informação na televisão: dominar imaginariamente o mundo e convencer simbolicamente do seu poder¹

Serge Tisseron

Universidade de Paris VII

Resumo:

Os apresentadores do telejornal procuram subconscientemente dar a entender que controlam os ameaçadores acontecimentos que relatam e que protegem os telespectadores contra eles. Numa perspectiva psicanalítica, o apresentador do telejornal pauta-se pelos desejos de dominar a informação e de convencer o público do seu poder. Tais desejos redundam numa relação de protecção face aos telespectadores, consagrada pela forma como o apresentador lhes retransmite as imagens. O sucesso desta relação tripartida entre imagens, apresentador e telespectador repousa no significado psíquico das imagens para o telespectador, nomeadamente o de versão reactivada dos estímulos afectivos maternos das primeiras semanas de vida. De facto, constata-se que as imagens do telejornal desempenham diversas funções psíquicas tipificadas, apoiadas na relação primordial mãe-filho. Diversos exemplos retirados de telejornais da televisão francesa são usados para sustentar esta tese.

Palavras-chave:

Televisão; Imagem; Pivot; Telejornal.

A resposta à questão “Podem psicanalisar-se os media?” é, evidentemente, não. Qualquer acto de psicanálise supõe um inconsciente organizado em torno de diversos desejos. Ora, no funcionamento quotidiano dos media, o desejo está longe de ocupar o primeiro lugar... com excepção, bem entendido, do desejo de domínio sobre o mundo e do desejo de ganhar audiências, aos quais voltaremos. Neste artigo abordaremos essa faceta singular dos media que são os telejornais. O que melhor revela a sua complexidade não é tanto a questão do inconsciente, movido, tal como Freud o definiu, pela lógica dos seus desejos contraditórios e das suas máscaras, mas sim a analogia com um gigantesco meio de transporte...

1. O icebergue do desejo

Um jornal de informação é semelhante a um enorme navio. Vão muitas pessoas a bordo – os telespectadores – e supõe-se que a equipa que o comanda está acima de qualquer falha. Em princípio, o destino dessa enorme máquina está nas mãos do capitão mas depende também das características próprias do navio, da dinâmica relacional entre passageiros e tripulantes – lembremo-nos dos revoltados da *Bounty* – e enfim dos acidentes que se apresentam no caminho. No afundamento do Titanic, podemos incriminar a excessiva audácia do capitão que quis bater demasiados recordes, a inexistência de um sistema de detecção de icebergues nessa época, a incapacidade do navio para modificar rapidamente a sua rota quando o obstáculo foi detectado ou ainda a má sorte que colocou esse enorme bloco de gelo no seu caminho. Do mesmo modo, quando David Pujadas e Olivier Mazerolles anunciam erradamente que Alain Juppé se vai retirar da vida política, a derrocada que provocam não pode reduzir-se a uma única série de efeitos. Provavelmente, um dos elementos do problema consiste na rivalidade “edipiana” que leva o jovem David a querer tomar o lugar do “Golias” dos media, o “pai” PPDA². Mas nada se teria passado daquela maneira se a atitude do conjunto da redacção tivesse sido diferente. Esta abriu as portas a uma catástrofe, previsível devido ao rancor que sentia contra uma direcção que considerava, com razão ou sem ela, arrogante e desdenhosa. É necessário, enfim, não esquecer a causa que desencadeou o acidente, o próprio icebergue, ou seja, o frio e temível Alain Juppé, capaz de anunciar, com alguns dias de intervalo, a decisão de retirar-se da vida política caso fosse condenado e, depois, a de continuar a sua carreira apesar da condenação que sofrera!

No caso da “falsa demissão” de Alain Juppé foram, pois, os elementos humanos que estiveram, manifestamente, em primeiro plano, tanto no caso de Juppé, que não está isenta de contradições, como no de David Pujadas, atormentado, ao que parece, por um desejo de “grandeza”, como ainda no de certos membros da sua equipa, satisfeitos por verem um capitão odiado ser apanhado em falta... Mas as coisas estão longe de se passar sempre assim. Na maioria das vezes, o que se poderia inicialmente considerar como resultado de uma intenção – ou de uma série de intenções – só se explica por uma acumulação de pequenas causas sem relação entre si e frequentemente mais ligadas a constrangimentos técnicos do que a preocupações humanas. É por isso que, quando vemos um assunto internacional importante ser transmitido no final do noticiário, não devemos perder a cabeça! É grande a tentação de acusar o apresentador de estar a colocar assuntos locais, sem especial actualidade, à frente de dramas internacionais cujas consequências serão muito mais importantes. Mas um melhor conhecimento da máquina jornalística ensina-nos que, se determinado assunto importante é

transmitido às 20:27 e não às 20:02 é muito simplesmente porque a montagem das imagens que deviam acompanhá-lo só conseguiu estar pronta às 20:25! Quanto às “linhas editoriais”, os recentes debates sobre o naufrágio da FR2 ante o icebergue Juppé mostraram que elas se limitavam em grande parte a uma corrida às audiências. Com alguma diferença, apesar de tudo, entre estações públicas e privadas. A redacção do telejornal da TF1 parece cada vez mais preocupada em falar dos assuntos... de que os telespectadores têm vontade de ouvir falar, enquanto a FR2 e a FR3 não se deixam guiar – ainda? – pelos resultados das sondagens para saberem que assuntos privilegiar.

2. Controlo real da informação ou domínio imaginário do acontecimento?

À falta de podermos “psicanalisar” a informação, será que teremos mais sorte com os jornalistas? Para compreender o seu funcionamento psíquico seria necessário, bem entendido, começar por um inquérito rigoroso sobre as razões das suas escolhas profissionais, das suas motivações e das suas preocupações prioritárias no trabalho quotidiano. Um tal inquérito não seria propriamente psicanalítico, mas ensinar-nos-ia muito sobre o funcionamento psíquico dos jornalistas, os seus desejos e as suas neuroses! À falta disso, pode-se, apesar de tudo, avançar com duas constantes do funcionamento psíquico dos jornalistas, que parecem evidentes face à paisagem mediática actual: o desejo de dominar a informação e o de convencer o público do seu poder.

Comecemos pelo desejo de domínio. Sem ele, certamente que não haveria jornalistas. Certos fotógrafos de guerra, como Don Mac Cullin, acreditaram, aliás, que não podiam ter distanciamento relativamente a uma situação se não produzissem primeiro uma imagem dela que lhes permitisse dominá-la imaginariamente (Tisseron, 1996). Do mesmo modo, podemos interrogar-nos se não é só a partir do momento em que fazem a reportagem de um acontecimento que certos jornalistas começam a poder pensar esse acontecimento... Aliás, nas grandes catástrofes, quer da guerra quer naturais, só há três categorias de pessoas que sabem exactamente o que têm a fazer e que podem, por essa razão, ultrapassar as suas angústias: os bombeiros, os socorristas e... os jornalistas! Esse desejo de dominar o acontecimento vai por vezes ao ponto de o jornalista se colocar a si próprio na cena do acontecimento, como se não fosse exclusivamente um intermediário mas sim o animador da actualidade. Assim, no 11 de Setembro de 2001, certos apresentadores faziam aparecer a sua própria imagem ao lado da do desmoronamento das Twin Towers. É óbvio que ver a cara de David Pujadas ao lado das torres gémeas em chamas nada acrescenta sobre a catástrofe que nesse dia chocou o mundo. Mas esta encenação corresponde

manifestamente a um desejo recorrente entre os jornalistas. Lembremo-nos de Guillaume Durand exibindo-se todas as noites num terraço de Bagdad, durante a primeira guerra do Iraque, e de PPDA a fabricar uma entrevista falsa para “provar” que se tinha efectivamente encontrado com Fidel Castro! Com excepção do Canal Arte, em que os jornalistas franceses e alemães se sucedem no écran sem qualquer impulso de protagonismo, muitas vezes os jornalistas parecem tão preocupados em “mostrar-se” como em mostrar o acontecimento. Trata-se, como é óbvio, de agir de modo a que os espectadores associem no espírito a imagem dos dramas que não irão esquecer com a imagem de um apresentador privilegiado. A uma tal atitude poderia aplicar-se com propriedade o termo “narcisismo”, se ele não fosse insuficiente para designar certos acessos de loucura que assaltam por vezes os nossos apresentadores vedetas. Como designar de outro modo a atitude de PPDA ao produzir uma falsificação tão grosseira como a sua falsa entrevista a Fidel Castro? Será que a televisão enlouquece as pessoas? A este respeito, a psicanálise já nos pode ensinar alguma coisa.

Para o inconsciente, a pessoa que enuncia um acontecimento é sempre, de algum modo associada à origem desse acontecimento. É por isso que os médicos se mostram em geral tão reticentes em anunciar a morte de um doente à sua família. Mesmo que o doente tenha sido tratado por uma equipa hospitalar numerosa, os familiares atribuem, em geral, inconscientemente a responsabilidade da morte a quem a anuncia. Tratando-se de um acontecimento como os atentados do 11 de Setembro, o inconsciente não funciona de modo diferente, embora neste caso o funcionamento psíquico consciente do telespectador reponha rapidamente as coisas no seu devido lugar: os jornalistas que anunciam o acontecimento obviamente que não o fabricaram! Mas, na realidade, será isso assim tão certo? Lembremo-nos, com efeito, que relativamente ao 11 de Setembro surgiu a tese de Thierry Meyssan, procurando “demonstrar” que não se tinha despenhado nenhum avião sobre o Pentágono. E esta tese, apesar da fragilidade da sua argumentação, encontrou um eco considerável. Bem entendido, para Thierry Meyssan e os seus seguidores, os jornalistas não teriam fabricado uma informação falsa, mas seriam culpados de se fazerem eco da versão do governo americano, sem dela se distanciarem. Quer se trate de informações dadas pela CIA quer pelos jornalistas, a suspeita é a mesma: “Quem o disse, inventou-o”. Quanto mais nos incomoda um acontecimento mais desejá-riamos que ele não existisse e mais somos tentados a pensar que foi fabricado. Foi assim que me contactaram recentemente para tomar conhecimento de um dossier que visava demonstrar que as imagens do pequeno Mohammed apanhado com o pai debaixo do fogo dos soldados israelitas tinham sido completamente fabricadas!

Esta desconfiança tem, porém, as suas razões. É certo que a ideia de os jornalistas terem “produzido” o acontecimento não é mais exacta do que a de ter sido o médico que tratou o doente antes da morte quem lha provocou. No entanto, todos sabemos que se pode anunciar uma morte de muitas maneiras e que um médico que o faz de forma brutal mais facilmente será tido por responsável do nosso sofrimento do que um médico delicado e prudente que o faz com cautela. É que da responsabilidade de nos fazer sofrer à de ter sido o próprio a provocar a morte de um parente vai uma curta distância. Em resumo, um médico será tanto mais facilmente considerado responsável por uma morte quanto mais brutalmente a anunciar.

Regressemos então aos media. Aquela “delicadeza” não será a chave do extraordinário sucesso do telejornal da TF1? Os acontecimentos domésticos são privilegiados, principalmente se forem felizes, enquanto os grandes acontecimentos dramáticos são apresentados por um PPDA que parece muitas vezes carregar sobre os ombros toda a miséria do mundo. Quase que chora! Que actor! É por isso que a desconfiança que nos assalta, e leva a imaginar que os jornalistas fabricam o acontecimento, não está ligada a uma única causa mas a duas: a lógica inconsciente que nos leva a considerar como responsável de um acontecimento penoso aquele que o anuncia; e a brutalidade com que os media o propagam. Se as imagens do desmoronamento das Twin Towers não tivessem invadido os ecrãs do mundo inteiro durante vários dias, menos pessoas teriam aderido à tese da conspiração político-mediática desenvolvida por Thierry Meyssan. Além disso, é infelizmente verdade que um *fait divers* relativamente banal pode tornar-se, pela força dos media, num elemento decisivo de uma disputa eleitoral nacional. Prova disso foi o papel que as imagens de um idoso a ser atacado por jovens delinquentes desempenharam no impacto dos temas securitários sobre os resultados da eleição presidencial de Abril de 2002, em França.

Mas muito mais do que estes efeitos de influência, o que domina o pequeno ecrã é sobretudo a confusão! Haveria muito a dizer sobre a confusão fabricada e todas as noites repetida, quando o telejornal, que é suposto dar-nos uma visão do mundo mais clara, justapõe “sem transição”, como mandam as regras, assuntos totalmente heterogêneos que vão, por exemplo, dos últimos engarrafamentos a um atentado gravíssimo, passando pela cultura das tulipas. Ainda se se tratasse apenas da variedade dos assuntos! Mas tais assuntos são, além disso, ilustrados, a cada momento, por fontes cuja origem é mal definida: imagens captadas no terreno, ficções documentais e imagens de síntese, sem que muitas vezes qualquer delas seja precisada.

Aliás, é talvez sob este ponto de vista que as coisas se tornam mais preocupantes nos media actuais. Os jornalistas não dominam melhor a informação do que os espectadores a quem pretendem mostrá-la e, no entanto, agem de modo a alimentar a ilusão oposta. Prova disso é a extraordinária reticência dos jornalistas em reconhecerem que muitas das suas “escolhas” estão ligadas a constrangimentos técnicos que eles não dominam. Se o soubéssemos, porém, veríamos as coisas com outros olhos. Por exemplo, o facto de um assunto importante ser relegado para o fim do telejornal por razões técnicas não é grave se a equipa de redacção nos informar sobre as razões por que isso acontece. Mas os jornalistas nunca o fazem, sem dúvida por temerem transmitir aos telespectadores o sentimento de que a televisão é um trabalho de amador – o que ela é de facto! – e não a máquina oleada e dominada de que nos querem convencer... para nos fazerem acreditar no seu próprio poder.

3. Convencer simbolicamente do seu poder

Depois do domínio imaginário do mundo, o desejo fundamental do jornalista poderá bem ser o de nos convencer... do seu próprio poder. É bastante compreensível. Quando colocamos a fasquia demasiado alta e a realidade oferece um desmentido doloroso aos nossos desejos, resta-nos sempre a possibilidade de fazer crer aos que nos estão próximos que não é assim. E os “próximos” do jornalista são obviamente os auditores e os telespectadores.

Um importante sinal dessa tendência lê-se na importância, muitas vezes excessiva, que os jornalistas conferem a todos os *faits divers* em que se verificam comportamentos que parecem ter sido “inspirados” por imagens. Os jornalistas estão sempre prontos a pensar que as imagens são responsáveis pela maior parte dos comportamentos dos nossos concidadãos: quer se trate de um jovem suspeito de ter morto a sua companheira depois de ver o filme *Scream* (ainda que essa ligação venha a mostrar-se falsa), de Richard Durn suspeito de ter morto políticos eleitos da sua autarquia depois de ter assistido a *Taxi Driver* ou ainda de jovens assistindo a *Jackass* e adeptos de desportos radicais. Temos de compreendê-los. Ao falarem-nos do poder das imagens, falam-nos de facto do seu próprio poder! “Fala-me de mim, só isso é que me interessa” é de certo modo o estribilho que anima todas essas emissões consagradas ao papel que as imagens poderão exercer nos nossos comportamentos, se bem que todos os estudos realizados até hoje demonstrem que muitos outros factores neles intervêm. Isto não significa que as imagens que nos cercam não têm efeito sobre nós, mas tal poder não pode ser encarado independentemente das ligações e dos laços estabelecidos por cada pessoa, nomeadamente com a família, os amigos e, no caso

das crianças, com os colegas. Ora aquelas reportagens nunca têm em conta estes factores. As imagens são sempre as acusadas, através de comparações muitas vezes perigosas como, por exemplo, quando o noticiário das 20h da France 2 justapôs sem transição imagens de um assassinato, do filme *Scream*, e imagens do jovem suspeito de homicídio entre dois polícias. Alerta-se, por vezes, para o risco de, diante do televisor, se confundir realidade e ficção; no entanto essa confusão, como se vê, não decorre de uma suposta fragilidade do telespectador mas de uma estratégia seguida pela maior parte dos jornalistas! É uma estratégia consciente ou inconsciente? Um pouco de cada uma, sem dúvida...

Outra maneira que os jornalistas têm de tentar convencer-nos do seu poder – certamente para se convencerem também um pouco a si próprios – reside no “conselho”.

Com efeito, quanto mais dramático é um acontecimento, menos conseguem os jornalistas apresentar-se como os que o controlam. Mas eles têm um trunfo secreto! Nesses casos, apresentam-se como os que podem defender-nos! Ao associar a cara do apresentador com o acontecimento gera-se inevitavelmente o sentimento de que o apresentador poderá contribuir para nos preservar ou pelo menos para nos ajudar a enfrentar o acontecimento. E é por essa razão que as recomendações feitas pelos apresentadores de televisão produzem tanto efeito. Enquanto um político é percebido pelo grande público como se andasse a correr atrás de um acontecimento que nunca consegue dominar, o apresentador de televisão consegue deixar a ideia de que, se não cria o acontecimento na realidade, é ele quem fixa a sua importância e portanto quem estará em melhores condições para nos dizer como nos devemos proteger. A prova disso é que, quando um apresentador de televisão preconiza um “modo de utilização” de um produto, tem mais probabilidades de ser seguido do que um político. Isso mostram, pela sua eficácia, as grandes campanhas de recolha de fundos para a luta contra o cancro, o autismo ou os miopatas.

A atitude do jornalista salvador manifesta-se nas emissões em que aqueles que já esgotaram todas as tentativas de solução de uma dificuldade – seja ela financeira, afectiva ou relacional – são convidados a “ir à televisão” a fim de desbloquearem a situação e encontrarem uma solução... A quem pode aproveitar esta mitologia, senão aos jornalistas?

4. O espectador face às “imagens-mãe”

Se a psicanálise da produção dos media é, como acabámos de ver, extremamente difícil, a psicanálise da sua recepção, pelo contrário, é mais fácil.

Com efeito, todas as nossas relações com as imagens se situam sob o signo dos desejos! Muitas vezes trata-se de desejos conscientes, como distrair-se, informar-se, divertir-se, ou mesmo experimentar alguns instantes de prazer *voyeur*. Mas, para além desses desejos particulares, que são conscientes e explícitos, a nossa relação com as imagens mobiliza um desejo de que só raramente nos damos conta: o de voltarmos a representar tudo o que vivemos com as nossas mães. Com a diferença de que, desta vez, somos nós que temos a iniciativa e podemos parar o jogo a qualquer momento!

A prova é que, diante de imagens, podemos deixar-nos seduzir e conduzir por elas com toda a confiança ou encetar uma espécie de diálogo – as crianças cantarolam os indicativos sonoros das emissões de que gostam, tal como, quando eram mais pequenas, trauteavam as canções que a mãe lhes cantava – ou podemos, pelo contrário, insurgir-nos contra as imagens e rejeitá-las. De qualquer maneira, estamos seguros de poder reencontrá-las no mesmo lugar, no dia seguinte ou mesmo dois minutos depois, sempre acolhedoras e generosas.

De facto, ao olharmos uma imagem, estamos a reviver certos aspectos da relação de um bebé com a mãe. Nesse momento, renunciamos a decidir que parte do que sentimos provém dela e que parte vem de nós. E, nesse estado de espírito, deixamo-nos absorver por ela, ao mesmo tempo que a transformamos interiormente, de tal maneira que estamos dentro dela e que ela está dentro de nós. Este estado de confusão parcial em que aceitamos colocar-nos diante das imagens atinge o auge na nossa possibilidade de viver emoções autênticas face a histórias que todavia sabemos serem totalmente inventadas.

Mas se esse é apenas o aspecto mais evidente do carácter excepcional da nossa relação com as imagens. Não é nem o único nem o mais importante. Várias funções psíquicas que se estabeleceram no corpo-a-corpo inicial entre mãe e filho reactivam-se de cada vez que estabelecemos uma relação forte com as imagens. Assim se explica que o ser humano procure, desde a origem, cercar-se de imagens, de modo a poder entrar nelas à vontade ou a colocar-se numa atitude crítica em relação a elas.

Limitando-nos apenas às imagens dos noticiários, verificamos que nelas desempenham papel importante quatro funções psíquicas inicialmente apoiadas na primeira relação mãe-filho³: o despertar psíquico, o registo de traços, a protecção contra excitações excessivas e a construção da identidade.

1. Começemos pela função de despertar. O sistema psíquico tem de ser permanentemente recarregado, para prevenir o risco de extinção. No recém-

-nascido, a função de recarga é assegurada por um meio-ambiente em geral bastante rico, graças nomeadamente aos estímulos maternos. Mas o adulto também necessita, em proporções que variam consoante a sua personalidade, de receber estímulos exteriores, a fim de se manter desperto e vivo. E é aqui que as imagens desempenham um papel fundamental. Com efeito, há muitas pessoas que acham a realidade quotidiana enfadonha e que utilizam as imagens – principalmente as imagens da televisão, do cinema e dos jogos de vídeo – para manter a sua tensão interior⁴. É esta característica que explica o êxito considerável dos *reality shows*. Tudo é construído, nessas emissões, de modo a proporcionar aos espectadores emoções intensas – como a repulsa, o medo ou a angústia –, emoções que já não experimentam na sua vida quotidiana e lhes provocam o sentimento de viver “intensamente”.

Servir-se das imagens para alcançar uma tensão energética adequada é tanto mais importante quanto pior o meio-ambiente precoce tiver desempenhado o seu papel. Quanto menos excitante este tiver sido, mais recorreremos, para nos mantermos despertos, às imagens de programas com forte carga emocional ou a jogos de vídeo interactivos. Aliás, certas crianças que se entregam aos jogos de vídeo parecem estar literalmente a alimentar a sua vida psíquica: quando param, ficam como que “apagadas”. O telejornal contribui para este despertar, através das suas doses quotidianas de informações e de *faits divers* sedutores ou sangrentos mas sempre altamente dramatizados, seja qual for a sua importância real.

2. Uma segunda função que é posta em jogo nas primeiras relações mãe-filho respeita ao registo de traços do passado. O recém-nascido vive muitas situações que depois vai esquecendo porque está completamente imerso e não tem distanciamento relativamente a elas. É então a mãe – ou o adulto privilegiado que a substitui – quem contribui para a construção da sua memória orientada em duas direcções complementares: os primeiros anos da vida do bebé evocados, à medida que vai crescendo, através de relatos que começam por “Quando tu eras pequeno...”; e os acontecimentos anteriores à sua vinda ao mundo, que constituem aquilo a que é costume chamar “a memória familiar”.

De igual modo, as diversas máquinas de produzir imagens transformam as nossas experiências em dados que podemos conservar e classificar, e que a nossa descendência poderá consultar a qualquer momento. Essa função de registo e de salvaguarda é de tal modo importante que foram criadas instituições para zelar por ela, como o Instituto Nacional do Audiovisual em França. Aliás, esta função de registo é inseparável da criação de máquinas que nos permitem observar as imagens sob diversos ângulos de maneira a poder escolher aquilo que melhor corresponde às nossas expectativas.

3. O meio que cerca o recém-nascido é preparado para lhe evitar excitações demasiado intensas. Uma mensagem demasiado violenta é recebida não como uma informação mas como uma agressão, ao passo que uma mensagem cuja intensidade sonora ou visual é fraca se arrisca a não ser de todo percebida. Os espectadores esperam que o seu telejornal opere esse equilíbrio. Enquanto os leitores de um jornal impresso decidem por si próprios que rubricas escolhem ler primeiro, os espectadores de um telejornal delegam essa responsabilidade no apresentador que escolheram. E esperam que ele constitua uma “pára-excitação” eficaz entre eles e a actualidade, isto é, que saiba “amortecer” o choque das informações que desejam conhecer sem serem demasiado agredidos. É esta, aliás, uma das funções mais importantes das imagens: permitem que nos confrontemos com acontecimentos angustiantes sem sermos agredidos fisicamente, ainda que o choque psicológico seja por vezes forte. Não há que temer nenhuma bala perdida na guerra vista “em directo” às oito da noite! E é aí, de resto, que faz maravilhas a mímica tranquilizadora de PPDA, quando parece por vezes carregar nos ombros a miséria do mundo.

4. Por último, foi transferida para as imagens uma quarta função inicialmente exercida pela mãe. Trata-se da busca de pontos de referência identitários. Todos procuramos a nossa primeira identidade no olhar da pessoa privilegiada que se ocupa de nós. E sabe-se como um olhar que devolve a imagem de um bebé odioso, ou a de um antepassado ou mesmo a de um animal, pode perturbar, por muito tempo, a construção identitária da criança.

Ao crescer, a criança transfere essa busca identitária para as imagens: é nelas que encontra pontos de referência para o seu futuro. O adolescente pendura no seu quarto *posters* dos cantores ou actores de cinema, com os quais pretende vir a parecer-se. Além disso, quando o ser humano se apropria das imagens que ama, reforça a convicção de ser parte integrante de um conjunto que o engloba e no qual participa – deixa, portanto, de ser um elemento isolado. É por essa razão que todos os grupos que desejam cimentar a sua solidariedade procuram ostentar imagens emblemáticas que estabeleçam um “laço” entre os participantes. O telejornal alimenta esta busca identitária, propondo, ao longo das suas reportagens, diversos modelos que são apresentados como ameaçadores ou como desejáveis.

O ser humano inventou, pois, as imagens para servir um único desejo: reproduzir diversas formas de relações fundadoras (essenciais, fundamentais) que manteve inicialmente com a mãe. Assim se explica a extraordinária ambivalência que sentimos em relação a elas. Adoramos e amaldiçoamos as imagens,

numa oscilação sem fim, ou até simultaneamente! E a prova disso é que constantemente as evocamos para constantemente dizer que estamos desiludidos com elas⁵. São um pouco como “mães adotadas” que podemos tomar e abandonar, sem culpabilidade nem vergonha, sempre que o desejarmos. Porque, quando elas deixam de corresponder às nossas expectativas, não hesitamos em condená-las sem apelo nem agravo. A culpa é sempre delas!

Assim, compreendemos melhor a razão por que tendemos a acusar as imagens, responsabilizando-as por todos os males: na medida em que as criamos para sustentar a nossa vida psíquica, esse desejo é, desde o início, acompanhado do receio de que elas se lhe substituam e nos manipulem... um pouco, enfim, como as mães são frequentemente acusadas de fazer com os filhos. E é também por isso que não são as imagens que se devem temer mas sim as nossas expectativas irrealistas em relação a elas, bem como o uso manipulatório que delas podemos fazer. Porque continuaremos sempre a deixar-nos emocionar pelas imagens e a acreditar nelas, apesar de todos os desmentidos da nossa razão...

Notas

¹ Artigo traduzido por Pedro Diniz de Sousa.

² Nota do Tradutor: iniciais de Patrick Poivre d'Arvor, jornalista do telejornal da TF1 e escritor; uma das grandes vedetas da televisão francesa.

³ Existem oito. Para um estudo detalhado, pode consultar-se a minha obra *Comment Hitchcock m'a guéri* (Albin Michel, 2003).

⁴ Traduzido em linguagem psicanalítica, pode dizer-se que a percepção desempenha no “Ego” o mesmo papel de estímulo exercido no “Id” pelas pulsões.

⁵ Como mostra uma sondagem realizada por *Télérama* (Nº 284, de 25 de Setembro a 1 de Outubro de 2004).

Bibliografia

- Abraham N., Torok M., *L'Ecorce et le Noyau*, Paris, Flammarion, 1978.
- Freud S. (1938), “Le clivage du moi dans le processus de défense”, *Résultats, Idées, Problèmes, 1921-1938*, Paris, PUF, 1985.
- Mauss M. (1934), “Les techniques du corps”, *Sociologie et anthropologie*, Paris, PUF, 1950.
- Tisseron S., *Psychanalyse de l'image, des premiers traits au virtuel*, Paris, Dunod, 1995.
- Tisseron S., *Le Mystère de la Chambre claire*, Paris, Les Belles Lettres, 1996, Reedição Flammarion, 1999.
- Tisseron S., *L'intimité surexposée*, Paris, Ramsay, 2001, Reedição Hachette, 2002.

Tisseron S., *Comment Hitchcock m'a guéri*, Paris, Albin Michel, 2003.

Vernet M. e col., *Filmer le réel, Ressources sur le cinéma documentaire*, Paris, BIFI, Bibliothèque du Film, 2002.

Winnicott D.W., *Jeu et réalité*, Paris, Gallimard, 1971.